Em termos mais precisos, tal salvaguarda impede que o credor tributário possa beneficiar de uma eventual paralisação do processo que lhe seja imputável.

Além disso, mesmo que a paralisação do processo se não fique a dever à conduta processual da Fazenda Pública, mas a quaisquer outras vicissitudes não imputáveis a nenhuma das partes, ainda assim, o devedor não fica desprotegido, pois, passado um ano, reinicia-se a contagem do prazo prescricional.

Tal significa que a indefinição da situação jurídica do contribuinte devedor se deve, não ao regime estabelecido para a interrupção da prescrição, mas antes à própria natureza controvertida — a aguardar uma decisão judicial — dessa mesma situação.

Com efeito, na pendência da impugnação de actos da Administração Fiscal de liquidação de obrigações tributárias, em que justamente é controvertida a existência ou legalidade da dívida exequenda, inexistem quaisquer expectativas legítimas do contribuinte devedor de se ver liberado da sua obrigação tributária por inércia do exercício do direito por parte do credor tributário.

A sua situação jurídica não está ainda definida, porque até ao trânsito em julgado de um litígio em que se discutem questões controvertidas, todas as situações são, por «matureza», indefinidas, não podendo merecer a tutela da certeza do direito.

Eis por que, desde logo, se não vê como é que a norma *sub judicio* possa ser sequer susceptível de violar o princípio da protecção da confiança e da segurança jurídica. Mas, para além deste argumento, um outro se perfila ainda, que pode bem demonstrar o não fundado da pretensão do recorrente, quando invoca a lesão, *in casu*, do referido princípio.

5 — Ínsito na ideia de Estado de direito consagrada no artigo 2.º da CRP, o princípio da protecção da confiança obriga a que, na conformação do ordenamento infraconstitucional, o legislador ordinário não deixe de tutelar a certeza e a segurança do Direito. O instituto da prescrição é, justamente, uma das formas pelas quais se concretiza a tutela desses valores. Por seu intermédio, pretende garantir-se que as pessoas saibam com o que podem contar, particularmente naquelas situações em que a um certo dever jurídico se oponha um direito cujo exercício, se mantenha, no tempo, inerte.

No entanto, ao regular o instituto da prescrição, o legislador ordinário não está apenas vinculado a proteger a condição jurídica do «devedor» em casos de inércia duradoura do «credor». Para além disso, o legislador não pode deixar de preservar o núcleo essencial do direito cujo exercício a actuação da prescrição virá a inviabilizar. Tal significa, por exemplo — e como se disse no Acórdão n.º 148/87, disponível em www.tribunalconstitucional.pt — que o prazo de prescrição não pode ser de tal modo exíguo que dele resultem, de forma desproporcionada, manifestas e efectivas limitações do direito que é tutelado. Esta última exigência, para além de poder decorrer do âmbito de protecção normativa de preceitos constitucionais específicos em sede de direitos, liberdades e garantias, emerge seguramente, tanto do princípio consagrado no n.º 1 do artigo 20.º da Constituição, quanto do próprio princípio do Estado de direito, consagrado no seu artigo 2.º

Assim sendo, melhor se vê como improcede a pretensão da recorrente de extrair imediatamente do princípio constitucional do Estado de direito democrático consequências em matéria do regime da prescrição. Sendo certo que desse princípio se retira um mandato dirigido ao legislador de, em nome da certeza e da segurança do Direito, fixar, no domínio pecuniário, prazos prescricionais, não menos certo é que do mesmo princípio se retira igualmente o dever do legislador de assegurar, em medida compatível, o exercício de direitos e interesses legalmente protegidos.

Sendo estes os valores constitucionais em conflito, cabe ao legislador ordinário realizar a sua conciliação, através de critérios de concordância prática, com observância das exigências decorrentes do princípio da proporcionalidade e tendo em conta a natureza dos bens jurídicos que, nas diferentes áreas do ordenamento, devem ser protegidos.

6 — A norma *sub judicio* corresponde à solução encontrada pelo legislador para pacificar uma composição de interesses públicos e privados em conflito com características específicas, atendendo à natureza tributária da obrigação.

Entende a recorrente que a mesma viola o princípio da proporcionalidade, ínsito ao princípio do Estado de direito democrático, consagrado no artigo 2.º da Constituição.

Contra a violação do princípio da proporcionalidade, enquanto *proibição do excesso*, argumentar-se-á pondo em evidência a natureza dos créditos em questão.

Enquanto créditos tributários a cobrar pelo Estado, é constitucionalmente justificado que o legislador assegure, por várias formas, inclusive através da modelação do instituto da prescrição e, mais especificamente, da regulação dos efeitos das suas causas interruptivas, a efectividade da sua cobrança.

Considerando, desde logo, o elevado número de dívidas fiscais com que a Administração Fiscal se vê confrontada e a dificuldade em lhes dar resposta imediata, bem como, naturalmente, o interesse público na

cobrança efectiva dessas dívidas, as quais constituem receitas do Estado a afectar no cumprimento por este dos deveres a que se encontra constitucionalmente vinculado; considerando, por outro lado, que a situação jurídica do contribuinte devedor, embora seja afectada, se encontra salvaguardada em termos satisfatórios, tendo o legislador acautelado, desde logo, os casos de prolongada — superior a um ano — inércia processual por facto que não seja imputável ao contribuinte, deve entender-se que o alargamento do prazo prescricional que possa resultar da circunstância de às causas interruptivas previstas no n.º 3 do artigo 34.º do CPT se atribuir um efeito duradouro se não afigura como uma solução inadequada, desnecessária ou desproporcionada face à composição dos interesses em conflito, em termos de através dela ficar comprometido o princípio do Estado de direito democrático.

7 — Sustenta finalmente a recorrente que a norma sob juízo, ao alargar, sem justificação, o prazo de prescrição pela via do efeito interruptivo duradouro, está com isso a criar um pressuposto processual desproporcionado, em frontal violação do direito a um processo justo e equitativo, consagrado no n.º 4 do artigo 20.º da CRP.

Mas mais uma vez se lhe não pode reconhecer qualquer razão.

Considerando o que já se disse a propósito da alegada violação do princípio do Estado de direito democrático (v., *supra*, n. 4), e pondo, de novo, em evidência a salvaguarda estabelecida no n.º 3 do artigo 34.º do CPT, não se vê minimamente como é que o facto de o prazo prescricional não começar a contar logo após *cada* acto interruptivo possa afectar o direito que ao contribuinte devedor assiste de obter uma decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.

É que ao fazer depender o reinício do curso do prazo de prescrição da verificação de uma situação de inércia processual, durante mais de um ano, por facto não imputável ao contribuinte, o legislador está justamente a introduzir um mecanismo que visa tutelar o direito a obter uma decisão em prazo razoável e mediante um processo equitativo.

III — **Decisão.** — 8 — Nestes termos, acordam em:

a) Não julgar inconstitucional a norma constante do n.º 3 do artigo 34.º do Código de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 154/91, de 23 de Abril, quando interpretado no sentido de a interrupção da prescrição tributária nele prevista ter natureza duradoura e não instantânea;

b) Consequentemente, negar provimento ao recurso;

c) Condenar a recorrente em custas, fixando-se a taxa de justiça em 25 (vinte e cinco) unidades de conta.

Lisboa, 9 de Novembro de 2010. — *Maria Lúcia Amaral — Carlos Fernandes Cadilha — Vitor Gomes — Ana Maria Guerra Martins — Gil Galvão.*

204038599

Acórdão n.º 412/2010

Processo n.º 980/2009

Acordam na 3.ª Secção do Tribunal Constitucional:

I — **Relatório.** — 1 — Nos presentes autos, Felisberto Inácio Carias, António Jacinto Feneja, António Francisco Robles Ramalho, Maria Fernanda Calvão Rodrigues, Maria Augusta Aleixo Vacas de Carvalho, Manuel António Morgado Leão, Francisco Manuel Canudo Sena, Ana Paula Mendes Lima e José da Silva Gomes Rodrigues propuseram acção para o reconhecimento de direito contra o Estado Português, formulando os seguintes pedidos: (i) condenação do Réu a recolocar os autores no nível remuneratório correspondente ao índice 700 da escala indicatória das carreiras do regime geral da função pública desde a data em que de tal índice os retirou, bem como a colocá-los naquele em que normalmente hoje se encontrariam se a situação profissional de cada um dos autores tivesse continuado a evoluir entre Junho de 1997 e a presente data; (ii) condenação do Réu a pagar aos autores as diferenças remuneratórias correspondentes às liquidações que até Março de 2001 estão individualmente calculadas no artigo 24.º da petição inicial, bem como todas as que daí em diante se venceram até integral pagamento, no montante bruto adequado a que, uma vez efectuados todos os descontos legais e designadamente a tributação dos impostos e contribuições devidos, cada um dos autores recebe o montante líquido idêntico ao que receberia caso o pagamento das retribuições devidas tivesse sido efectuado no momento devido; e ainda a quantia de quinze mil euros, a título de indemnização por danos; (iii) condenação do Réu a pagar aos autores as quantias discriminadas e peticionadas na alínea anterior, os correspondentes juros moratórios à taxa de 7% desde a data da citação até integral pagamento.

Por despacho saneador proferido em 16 de Janeiro de 2008, o M.^{mo} juiz do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, julgando procedente a excepção de ilegitimidade passiva, absolveu o Réu da instância.

Inconformados, os autores interpuseram recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul, alegando, na parte que releva para efeitos do presente recurso de constitucionalidade, a inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 70.º da Lei de Processo nos Tribunais Administrativos (LPTA), tal como foi interpretado e aplicado na decisão recorrida, i. é no sentido de que a acção deve ser proposta contra a autoridade competente para reconhecer o direito ou interesse do autor e não contra a pessoa colectiva onde tal órgão ou agente se encontra inserido.

Por acórdão, proferido em 17 de Setembro de 2009, o Tribunal Central Administrativo Sul, negando provimento ao recurso, confirmou a decisão recorrida.

2 — É dessa decisão que é interposto o presente recurso de constitucionalidade.

Através dele pretendem os recorrentes a apreciação da constitucionalidade do artigo 70.º, n.º 1 da LPTA (em conjugação com o artigo 69.º, n.º 2), interpretado no sentido de que dele decorreria que uma acção como a dos autos tem de ser proposta, não contra a pessoa colectiva de direito público Estado, mas sim contra o órgão administrativo competente para a prática dos actos administrativos decorrentes do, ou impostos, pelo reconhecimento do direito ou interesse que o autor se arroga.

Entendem os recorrentes que tal dimensão normativa do preceito viola o princípio da responsabilidade do Estado, consagrado no artigo 22.º da Constituição, bem como o princípio do nível adequado de densidade de protecção consagrado no artigo 268.º da Lei Fundamental.

O Relator no Tribunal Constitucional, no despacho que notificou os recorrentes para alegarem, circunscreveu o objecto do recurso ao artigo 70.º, n.º 1 da LPTA, com a interpretação que lhe foi dada na decisão recorrida.

Os recorrentes vieram então apresentar as suas alegações, tendo concluído do seguinte modo:

«1.ª A norma do art.º 70.º, n.º 1 da LPTA, na precisa vertente normativa consagrada no Acórdão recorrido, sempre se teria de ter por desconforme ao princípio constitucional da responsabilidade directa do próprio Estado, consagrado no art.º 22 da CRP, já que imporia que o funcionário público lesado nos seus legítimos direitos e interesses (ao invés do cidadão comum) teria de demandar não o mesmo Estado mas sim a ‘unidade orgânica’ (Ministério ou até Direcção-Geral) em que estava hierárquico-funcionalmente inserido,

2.ª E a qual, obviamente, não tem qualquer capacidade, legitimidade ou competência legal para reconhecer e declarar esse mesmo direito e interesse legítimos,

3.ª Bem como significaria uma compressão, para não dizer mesmo uma inutilização, da garantia jurisdiccional efectiva (consagrada no art.º 268.º da CRP) dos cidadãos (aqui também funcionários, mas nem por isso menos cidadãos), totalmente injustificada, desnecessária e desproporcionada.

4.ª Num caso em que, como no presente, se discute a situação jurídico-remuneratória dos AA. enquanto funcionários públicos e a definição do correcto escalão remuneratório que lhes é devido, a interpretação e aplicação conformes à Lei Fundamental do supra—referenciado art.º 70.º, n.º 1 da LPTA conduzem à conclusão de que o meio processual idóneo para alcançar a tutela jurisdiccional efectiva daquele direito e interesse legítimos é a presente acção, e de que para ela o Réu Estado tem assim plena legitimidade passiva.

5.ª E o referenciado artigo 70.º, n.º 1 da LPTA, na vertente normativa com que foi interpretado e aplicado na decisão recorrida (ou seja, no sentido de significar a ilegitimidade passiva do mesmo Estado), padece de óbvia inconstitucionalidade material, por violação dos já citados arts. 22.º e 268.º, ambos da CRP.»

O Ex.º Representante do Ministério Público no Tribunal Constitucional, em representação do Estado Português, contra-alegou, concluindo pela improcedência do recurso.

Tudo visto, cumpre apreciar e decidir.

II — **Fundamentação.** — *Delimitação do objecto do recurso.* —

3 — No despacho que notificou os recorrentes para alegarem, o relator circunscreveu o objecto do recurso ao artigo 70.º, n.º 1 da LPTA, com a interpretação que lhe foi dada na decisão recorrida, i. é que a acção para reconhecimento de direito ou interesse legítimo deve ser proposta contra a autoridade competente para praticar os actos administrativos decorrentes, ou impostos, pelo reconhecimento do direito ou interesse legítimo que o autor se arroga, e não contra a pessoa colectiva em que aquela se integra.

Não tendo tal despacho sido impugnado, tendo aliás os recorrentes alegado apenas quanto a essa questão de constitucionalidade, assim delimitada, é só relativamente a ela que recairá o juízo do Tribunal Constitucional no âmbito do presente recurso de constitucionalidade.

Questão de constitucionalidade. — 4 — A questão com a qual o Tribunal Constitucional é confrontado no caso dos autos é a da conformidade com a Constituição do n.º 1 do artigo 70.º da LPTA, na interpretação

segundo a qual a acção para reconhecimento de direito ou interesse legítimo deve ser proposta contra a autoridade competente para praticar os actos administrativos decorrentes, ou impostos, pelo reconhecimento do direito ou interesse legítimo que o autor se arroga, e não contra a pessoa colectiva em que aquela se integra.

Entendem os recorrentes que tal norma viola o princípio da responsabilidade do Estado, consagrado no artigo 22.º da Constituição bem como o direito a uma tutela jurisdiccional efectiva dos direitos ou interesses legalmente protegidos dos administrados, consagrado no artigo 268.º da Constituição.

A interpretação dada ao preceito no acórdão recorrido corresponde à orientação dominante na jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo (v. acórdãos do STA de 9 de Fevereiro de 1989, proc. n.º 025215, in apêndice ao DR de 14-11-1994, pág. 1090; de 23 de Junho de 1998, proc. n.º 38063, in apêndice ao DR de 12-04-2001, pág. 923; de 16-01-2001, proc. n.º 45926, in apêndice ao DR de 17-02-2003, pág. 71 e de 5 de Julho de 2001, proc. n.º 46056, in apêndice ao DR de 16-04-2003, pág. 955).

A posição do STA pode sintetizar-se do seguinte modo: (i) o meio processual a que o legislador resolveu chamar «acção para reconhecimento de direito ou interesse legítimo», apesar do nome, não tem a estrutura das outras acções, que continuam a reger-se pelas regras do processo civil (artigos 72.º e 73.º da LPTA), mas antes a do recurso contencioso de actos dos órgãos da administração local; (ii) dada a sua estrutura, são-lhe aplicáveis as normas concernentes aos pressupostos do recurso contencioso — com excepção naturalmente daqueles que não se mostram adequados à sua natureza específica, como a existência, ou presunção de existência, de acto administrativo lesivo ou o não esgotamento de um prazo para a interposição ou propositura (que pode ter lugar a todo o tempo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 69.º da Lei de Processo) — o que significa, no que respeita à legitimidade passiva, que a acção deve ser proposta contra o órgão com competência para se pronunciar sobre o direito ou interesse que o autor se arroga e pretende ver reconhecido.

Também a doutrina partilhava esse entendimento (v. José Carlos Vieira de Andrade, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2000, pág. 139).

Não está em causa, no âmbito do presente recurso, a correcção de tal interpretação da lei processual, designadamente da equiparação da estrutura da acção para reconhecimento de direito à do recurso contencioso de anulação.

Sob apreciação está apenas a conformidade desse critério normativo com a Constituição.

5 — No que respeita à alegada violação do artigo 22.º da Constituição, não se vê de todo em todo como esse preceito constitucional possa ser violado pela norma *sub judicio*. Desde logo, porque através de uma acção para reconhecimento de direito ou interesse legítimo o autor não pretende ressarcir-se de danos que haja sofrido e pelos quais o Estado e as demais entidades públicas pudessem ser responsáveis.

Qualquer que seja a posição adoptada quanto ao alcance e objecto desse meio processual — a doutrina costumava distinguir entre teorias de alcance *mínimo*, *médio* e *máximo* (v., sobre o assunto, Vieira de Andrade, *ob. cit.*, págs. 139-147) — é pacífico que fora dele ficam as questões sobre responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, para o efeito dispondo o particular de meio processual específico, regulado nos artigos 71.º e 72.º da LPTA, tendo nela legitimidade passiva a pessoa colectiva Estado.

Assim sendo, não tem sentido a invocação da responsabilidade civil extracontratual do Estado, garantida no artigo 22.º da Constituição.

6 — Importa ainda apreciar a norma *sub judicio* à luz do direito a uma tutela jurisdiccional efectiva, reconhecido aos administrados no n.º 4 do artigo 268.º da Constituição.

Tal como decidiu o Tribunal no acórdão n.º 179/2007, também no caso dos autos, o juízo de proporcionalidade a emitir neste domínio tem de tomar em conta três vectores essenciais: (i) a justificação da exigência processual em causa; (ii) a maior ou menor onerosidade na sua satisfação por parte do interessado; e (iii) a gravidade das consequências ligadas ao incumprimento do ónus.

Desde logo, não se afigura desrazoável a necessidade de ser chamada ao processo — e, por isso, de ser indicada como ré na acção — a autoridade competente para praticar os actos administrativos decorrentes, ou impostos, pelo reconhecimento do direito ou interesse legítimo que o autor se arroga, porquanto é a mesma quem tem interesse directo em contrariar a pretensão do autor de ver reconhecido o seu direito.

Depois, não se mostra de especial dificuldade o cumprimento da exigência legal de correcta identificação da contra-parte, pois, tratando-se da autoridade competente para praticar os actos administrativos decorrentes, ou impostos, pelo reconhecimento do direito ou interesse legítimo que o autor se arroga, a mesma é sujeito da relação jurídico-administrativa controvertida em que também é sujeito o particular.

A isso acresce que a consequência associada ao incumprimento do ónus de correcta identificação da contraparte não é a da irremediável preclusão da possibilidade de o autor ver reconhecido o direito que reclama, uma vez que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 289.º do Código de Processo Civil, aplicável *ex vi* artigo 1.º da LPTA, lhe assiste a possibilidade de propor outra acção sobre o mesmo objecto.

Uma vez que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 69.º da LPTA, a acção para reconhecimento de direito pode ser proposta a todo o tempo, é indiferente a questão de saber se, nessa situação, seria aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 289.º do Código de Processo Civil, que, nos casos de absolvição da instância, consente a propositura de outra acção com o mesmo objecto, mantendo-se os efeitos derivados da propositura da primeira causa se a nova acção for intentada dentro de 30 dias a contar do trânsito em julgado da sentença de absolvição da instância.

Assim, não se pode considerar que a norma *sub judicio* seja de tal modo desrazoável ou desproporcionada que se deva reputar violadora do direito a uma tutela jurisdiccional efectiva.

III — **Decisão.** — 7 — Nestes termos, acordam em:

- a) Não conhecer parcialmente do objecto do recurso;
- b) Não julgar inconstitucional o n.º 1 do artigo 70.º da LPTA, na interpretação segundo a qual a acção para reconhecimento de direito ou interesse legítimo deve ser proposta contra a autoridade competente para praticar os actos administrativos decorrentes, ou impostos, pelo reconhecimento do direito ou interesse legítimo que o autor se arroga, e não contra a pessoa colectiva em que aquela se integra;
- c) Consequentemente, negar provimento ao recurso;
- d) Condenar os recorrentes em custas, fixando-se a taxa de justiça em 25 (vinte e cinco) unidades de conta por cada um.

Lisboa, 9 de Novembro de 2010. — *Maria Lúcia Amaral* — *Carlos Fernandes Cadilha* — *Vitor Gomes* — *Ana Maria Guerra Martins* — *Gil Galvão*.

204038614

Acórdão n.º 413/2010

Processo n.º 982/2009

Acordam na 3.ª Secção do Tribunal Constitucional:

I — **Relatório.** — 1 — Jante Internacional — Aluguer de Automóveis com e sem condutor intentou, junto do Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa, acção declarativa de condenação com processo sumariíssimo contra Ana Maria Antunes Inácio, pedindo a condenação da ré no pagamento de 664,40€, acrescidos dos juros vencidos e vincendos. Alegava para tanto a autora ter celebrado com a ré contrato de aluguer de veículo automóvel, veículo esse que lhe teria sido restituído danificado.

A acção foi instaurada a 22 de Novembro de 1994.

Após vicissitudes processuais várias, que não cabe aqui relatar, veio a ré a ser condenada no pagamento das deteriorações sofridas pelo veículo nos seguintes termos:

«Contudo, não se tendo provado quais as deteriorações ocorridas e o montante concreto dos danos, há que condená-la [a ré] a pagar essas reparações, no que se vier a liquidar em execução de sentença, nos termos do disposto no artigo 661.º do Código de Processo Civil.»

A decisão foi proferida pelo Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa a 12 de Fevereiro de 2009.

2 — A 20 de Fevereiro emite o juiz no referido tribunal despacho a corrigir a sentença proferida, nos termos do artigo 667.º, n.º 1, do Código de Processo Civil. Dizia-se neste despacho que a referida sentença continha inexactidão por manifesto lapsus, pois onde se lia «a liquidar em execução de sentença» dever-se-ia ler, simplesmente, «a liquidar».

Notificada da sentença e do despacho do juiz que procedeu à sua rectificação, requereu a ré respectiva esclarecimento.

A este requerimento seguiu-se despacho, datado de 11 de Maio de 2009, com o seguinte teor:

«O pedido de esclarecimento relativo à sentença proferida deve ser realizado no prazo de 10 dias, a contar da notificação da mesma. O requerimento apresentado pela ré nesse sentido é manifestamente intempestivo, nos termos das disposições conjugadas dos arts. 153.º, 667.º e 669.º, n.º 1 do Código de Processo Civil, pelo que vai indeferido.»

3 — Desta decisão interpôs Ana Maria Antunes Inácio o presente recurso de constitucionalidade. Fê-lo nos seguintes termos:

«7.º

Na verdade, a sentença só fica completa quando, em caso de rectificação passa a integrar a mesma sendo que, no caso vertente só após

a notificação da rectificação da sentença, por iniciativa da Sra. Juiz é que a mesma ficou integralmente completa e no seu todo.

8.º

Sublinhe-se que em caso de rectificação — caso dos autos — só após a mesma ter lugar é que se inicia a contagem do prazo para o trânsito em julgado da sentença ou eventual interposição de recurso ou arguição de nulidade.

9.º

No caso presente, a interpretação que explicita e implicitamente o Tribunal fez do disposto pelos arts 153.º, 667.º, n.º 1 e 670.º do C. P. Civil, além de ilegal é também materialmente inconstitucional, atento o teor do despacho ora notificado, por violação dos princípios constitucionais do estado de direito, da igualdade, do acesso ao direito e aos tribunais, da legalidade, da confiança, da proporcionalidade, da segurança, insitos na Constituição da República vigente, designadamente, nos seus art.ºs 2.º, 13.º e 20.º

10.º

Com efeito, o art.º 153.º, 667.º, n.º 1 e 669.º n.º 2 als. a) e b) e 670.º todos do C. P. Civil são inconstitucionais quando interpretados e aplicados, como no caso dos autos, no sentido de que quando efectuada a rectificação da sentença por iniciativa do juiz, nos termos dos art.ºs 666.º n.ºs 2 e 3 e 667.º n.º 1 do C. P. Civil, tendo sido primitivamente notificada a sentença ainda não objecto de rectificação, a parte, *in casu*, a R., tem de contar o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento em que pede a Aclaração e a reforma da dita sentença, a partir da notificação da mesma, ainda não rectificada e não, a partir da notificação da rectificação da sentença, levada a cabo por iniciativa do Tribunal, sem que a mesma tivesse já transitado em julgado.

11.º

Nestes termos e por se tratar de uma questão nova que nada nos autos faria pressupor segundo um critério de razoabilidade e de diligência por parte da R. no sentido de que antecipadamente deveria ter sido suscitada esta questão de inconstitucionalidade, entende a R., ora recorrente, para o Tribunal Constitucional, que se encontra em tempo, tem legitimidade e é legalmente admissível colocá-la apenas agora, a quando da interposição do recurso para o Tribunal Constitucional, atentos os fundamentos invocados.

12.º

Assim, entende a R. ora recorrente, por não se conformar com o despacho ora notificado, dele interpor recurso para o Tribunal Constitucional por o mesmo estar ferido de inconstitucionalidade, uma vez que os normativos legais que aplicou em tal despacho de fls..., ora notificado, a saber, art.ºs 153.º, 667.º e 669.º n.º 1 todos do C. P. Civil serem inconstitucionais pelos fundamentos supra-referidos que aqui se dão por reproduzidos, para os legais efeitos.»

4 — Já no Tribunal Constitucional, foi proferido despacho do seguinte teor:

«Para alegações, com a seguinte advertência: O objecto do recurso fica circunscrito às normas efectivamente aplicadas pela decisão recorrida, e que são as resultantes das disposições conjugadas dos artigos 153.º, 667.º, 669.º, n.º 1, do Código de Processo Civil (na interpretação dada). Fora do objecto do recurso fica, assim, a norma constante do artigo 670.º do CPC, que não foi aplicada pela decisão de que se recorre.»

Notificada deste despacho, apresentou a recorrente as suas alegações. Nela se sustentava, basicamente, que seria inconstitucional a «norma» constante das disposições conjugadas dos artigos 153.º, 667.º e 669.º, n.º 1, do CPC, quando *interpretada* de tal modo que a rectificação da sentença por iniciativa do juiz, ainda que o seu trânsito em julgado não tenha ocorrido e não sendo sequer possível recurso ordinário da mesma, *não seja o termo a quo a partir do qual se conta o prazo de dez dias previsto pelo artigo 153.º do CPC*. Entende a recorrente que tal «norma» lesa os princípios constitucionais do Estado de direito, da legalidade, da igualdade, do acesso ao Direito e aos Tribunais da confiança, da segurança, e da proporcionalidade, insitos nos artigos 2.º, 13.º, e 20.º da CRP.

A recorrida não contra-alegou.

II — **Fundamentação.** — 5 — Determina o artigo 153.º do Código de Processo Civil:

«1 — Na falta de disposição especial, é de 10 dias o prazo para as partes requererem qualquer acto ou diligência, arguirem nulidades,